



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **PORTARIA N. 37 DE 22 DE JANEIRO DE 2016**

**O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Publica, na forma dos anexos, o relatório de gestão fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2015, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

ANEXO

**Este texto não substitui o publicado no DOU.**

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup> (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	890.781.399,35	35.438.918,83	926.220.318,18
Pessoal Ativo	610.835.508,01	22.616.335,40	633.451.843,41
Pessoal Inativo e Pensionistas	279.945.891,34	12.822.583,43	292.768.474,77
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	254.038.913,44	17.063.477,22	271.102.390,66
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	304.808,77	0,00	304.808,77
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.845.518,67	17.063.477,22	19.908.995,89
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	250.888.586,00	0,00	250.888.586,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	636.742.485,91	18.375.441,61	655.117.927,52

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			674.522.742.049,70
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,097123%	0,097123%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,223809%		1.509.642.603,75
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,212619%		1.434.160.473,57
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,201428%		1.358.678.343,38

FONTE: TESOUREIRO GERENCIAL e SIAFI OPERACIONAL, Secretaria de Orçamento e Finanças, 20/jan/2016, 17hs 20 min.

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS  
Diretor-Geral  
WILSON DE OLIVEIRA BEZERRA  
Secretário de Controle Interno  
SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES  
Secretária de Orçamento e Finanças

Este texto não substitui o publicado no DOU.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO DE 2015 A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	R\$ 1,00
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
		( a )	( b )	( c )	( d )				( e )
< Identificação do Recurso Vinculado >									
< Identificação do Recurso Vinculado >									
< Identificação do Recurso Vinculado >									
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>									
0100000000 - Recursos Vinculados	234.879.599,30	2.819.717,60	5.996.552,04	37.184.627,07		188.878.702,59	91.469.015,88		
0127000000 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	24.838.067,75	578,71	312.365,68	361.879,88		24.163.243,48	12.642.667,64		
0150000000 - Recursos Não-Financeiros Diret. Arrecadados	318.957,63					318.957,63	71.622,70		
0150111010 - Recursos Não-Finan.Diret.Arrec- Concurso/STJ	5.774.940,08					5.774.940,08	0,00		
0175111010 - STJ-Ressarc. Desp. Port Remes./Ret. Autos	13.905.177,79			5.775.047,61		8.130.130,18	904.745,25		
0350000000 - Rec. Não-Financ. Diret. Arrec. Exer. Anteriores	200.652,00					200.652,00	0,00		
0375111010 - Taxas por Serviços Públicos - STJ	4.215.251,22					4.215.251,22	0,00		
0190000000 - Bancos - CEF (Caução)	128.044,18			0,00	128.044,18	0,00	0,00		
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>284.260.689,95</b>	<b>2.820.296,31</b>	<b>6.308.917,72</b>	<b>43.321.554,56</b>	<b>128.044,18</b>	<b>231.681.877,18</b>	<b>105.088.051,47</b>	<b>0,00</b>	
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>284.284.130,95</b>	<b>2.820.296,31</b>	<b>6.308.917,72</b>	<b>43.321.554,56</b>	<b>128.044,18</b>	<b>231.705.317,37</b>	<b>105.088.051,47</b>	<b>0,00</b>	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES I	23440,19					23440,19			

Este texto não substitui o publicado no DOU.

FONTE: <TESOURO GERENCIAL e SIAFI OPERACIONAL> <Secretaria de Orçamento e Finanças> <20/jan/2016> <17hs 20 min>

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

. Foi incluído o valor de R\$ 1.805.288,45 (2015NE000799) - RPNP de Exercícios Anteriores e de R\$ 4.588.126,47 (2015NE001814) - RPNP do Exercício na linha de fonte 0100000000 -

- Recursos Ordinários em virtude da orientação constante do Manual de Demonstrativos Fiscais, 6º Edição. Os valores referendados foram subtraídos, respectivamente, das colunas RPNL de Exercícios Anteriores e de RPNL do Exercício.

. O MDF destaca que as obrigações de precatórios emitidos e a pagar são obrigações líquidas e certas que se enquadram no conceito de despesa liquidadas por força da Lei (art. 35, inciso II da Lei \$.320/64) não se coadunando, portanto, como despesa inscritas em Restos a Pagar Não Processados. Uma vez emitido o título judicial as despesas de precatórios em restos a Pagar serão sempre liquidadas do tipo processada.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS  
Diretor-Geral

WILSON DE OLIVEIRA BEZERRA  
Secretário de Controle Interno

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES  
Secretária de Orçamento e Finanças

**Este texto não substitui o publicado no DOU.**

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

LRF, art 48 Anexo VII R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	674.522.742.049,70	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	655.117.927,52	0,097123%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	1.509.642.603,75	0,223809%
Limite Prudencial (parágrafo único, art.22 da LRF)	1.434.160.473,57	0,212619%
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.358.678.343,38	0,201428%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXER- CÍCIO)
	105.088.051,47	231.705.317,37
<b>Valor Total</b>		

FONTE: TESOUREIRO GERENCIAL e SIAFI OPERACIONAL, Secretaria de Orçamento e Finanças, 20/jan/2016, 17hs 20 min.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS  
Diretor-Geral

WILSON DE OLIVEIRA BEZERRA  
Secretário de Controle Interno

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES  
Secretária de Orçamento e Finanças

Este texto não substitui o publicado no DOU.